



Bloqueio do cartão do Bolsa Família em bets está sendo implementado

Brasil lança por ano 1,3 milhão de toneladas de plástico no oceano

Página 6

Confiança do consumidor recua 7,1% na capital paulista

Página 3

Dino suspende regra sobre aposentadoria de policiais homens e mulheres

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na quinta-feira (17) suspender a regra que igualou em 55 anos a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres que são policiais civis e federais.

A decisão do ministro foi motivada por uma ação protocolada pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol do Brasil) para suspender a regra da Emenda Constitucional 103/2019, aprovada durante o governo de Jair Bolsonaro, que fixou a idade mínima de 55 anos para homens e mulheres.

A entidade alega que o Congresso desconsiderou a diferenciação de gênero entre homens e mulheres para concessão de aposentadoria especial.

Ao analisar o caso, Flávio Dino decidiu suspender a regra por entender que a diferenciação no tempo de aposentadoria entre homens e mulheres sempre vigorou desde a Constituição de 1988. Segundo Dino, a Reforma da Previdência aprovada em 2019 deixou de assegurar o benefício para as mulheres.

“Concluo que os dispositivos impugnados se afastam do vetor constitucional da igualdade material entre mulheres e homens, a merecer a pecha da inconstitucionalidade pela não diferenciação de gênero para policiais civis e federais”, justificou o ministro.

Com a decisão, a idade para aposentadoria para mulheres policiais civis e federais deverá seguir o critério de três anos de redução em relação ao período dos homens. A medida deverá ser adotada até o Congresso votar nova regra.

“Acresço que o Congresso Nacional, ao legislar para corrigir a inconstitucionalidade quanto às mulheres, deve adotar a diferenciação que considerar cabível em face da discricionariedade legislativa”, completou o ministro. (Agência Brasil)

Financiamento climático deve pautar COP29 no Arzebaijão



Foto: Ruffa Neutermeyer/ABR

Página 6

TCU acolhe pedido do Governo de SP e determina abertura de dados da Enel

Página 2

Se regulação não der conta, eu acabo, diz Lula sobre bets

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira (17) que pode acabar com o mercado das plataformas digitais de apostas esportivas, as chamadas bets, se a regulação não for suficiente para assegurar a saúde mental e financeira da população. Lula concedeu entrevista para a Rádio Metrópole, em Salvador,

onde cumpre agenda. “Eu tive uma reunião com 14 ministérios para a gente discutir a questão das bets e nós temos uma opção, ou acabava definitivamente ou a gente regulava. Nós optamos pela regulação, e me parece que essa semana mais de 2 mil bets já saíram de circulação”, disse o presidente. Página 6

Esporte

Felipe Drugovich compete na última etapa do ELMS

Piloto reserva e de desenvolvimento da equipe Aston Martin na Fórmula 1, Felipe Drugovich (Porto | Banco Master | Localiza | Stilo) terá compromissos importantes nos dois próximos finais de semana, em Portugal e no México.

O primeiro deles é a 6ª etapa do European Le Mans Series (ELMS), uma prova com 4 horas de duração que será disputada no Autódromo Internacional do Algarve, em Portugal.

“É a última corrida do ano e queremos entregar tudo o que for possível para fecharmos a temporada com um pódio. Não tivemos bons finais de semana este ano no ELMS. Tínhamos performance, mas não conseguimos traduzi-la em bons resultados”, disse Felipe Drugovich, campeão da

Fórmula 2 em 2022. “Então é hora de sermos mais agressivos para podermos chegar ao objetivo, mesmo sendo uma prova de média duração”, disse o piloto da equipe Vector Sport, que mais uma vez dividirá a pilotagem do Oreca / Gibson com o irlandês Ryan Cullen e com o monégasco Stéphane Richelmi.

O piloto de Maringá (PR) competiu apenas uma vez no autódromo português, quando corria na Fórmula 3, no ano de 2021. “Foi em um traçado um pouco diferente, então será necessário um tempo para adaptação à pista”, analisou Drugovich.

A última etapa do ELMS terá transmissão ao vivo no YouTube, nos canais A Mil Por Hora e Motorsport Brasil, com largada prevista para 10h30 deste sábado (19).



Felipe Drugovich

FÓRMULA 1 – Na semana seguinte, Felipe Drugovich (Porto | Banco Master | Localiza | Stilo) estará no Autódromo Hermanos

Rodriguez, no México, para a 20ª etapa da temporada da Fórmula 1.

Na sexta-feira (25) Felipe subs-

tituirá Fernando Alonso e pilotará o carro da Aston Martin no primeiro treino (TL1) da rodada. “Estou muito feliz pela oportunidade de pilotar um Fórmula 1 novamente. Trabalhei bastante no desenvolvimento do carro ao longo do ano no simulador na sede da equipe, então será muito legal ver as diferenças entre o real e o virtual”, analisou.

Com mais de 2,2 mil metros de altitude em relação ao nível do mar, a pista mexicana é novidade para Felipe Drugovich, que fará sua estreia no Autódromo Hermanos Rodriguez. “Por conta do ar mais rarefeito, o downforce é mais difícil de ser sentido. Além disso, a pista tem pouco ‘grip’. Será uma experiência nova e uma oportunidade de muito aprendizado”, finaliza o piloto.

V11 Aldeia Cup de Kart: Miguel Silva quer vencer novamente na F4 Júnior



Foto: Leonardo Dias

Miguel Silva é o maior vencedor da F4 Júnior

Apenas uma semana após a disputa do Campeonato Brasileiro de Kart, Miguel Silva (Rodoil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) volta ao Kartódromo Aldeia da Serra, em Barueri (SP), onde no domingo (20) disputará a oitava e penúltima etapa da V11 Aldeia Cup, certame em que lidera na classificação geral da F4 Júnior e está empatado em primeiro na classe Light.

Miguel Silva foi campeão invicto do primeiro turno depois de vencer as quatro primeiras etapas da V11 Aldeia Cup, e no segundo turno foi o segundo colocado na

primeira, se ausentou em outra e voltou a vencer na sétima etapa.

“Nesta etapa todos usarão pneus usados, que estão guardados a mais de dois meses. Os nossos estão em bom estado, mas não sabemos como eles se comportarão. A expectativa é boa, queremos andar entre os três primeiros, se bem que o objetivo mesmo é a vitória para buscar o título do segundo turno”, avisou Odair Brito, chefe da equipe Dai Motorsport/Nikima Racing.

Pontuação oficial da F4 Júnior depois de sete etapas: 1) Miguel Silva, 94; 2) Dudu Pagli-

aro, 83; 3) Enrico Martinho, 60; 4) Samuel Santiago, 55; 5) João Francisco, 49; 6) Pietro Galafassi, 40; 7) Marcela Assumpção, 36; 8) Davi Alkimin, 30; 9) Vinicius Duzzi, 24; 10) Luiz Migliorini, 21.

Pontuação oficial da F4 Júnior Light após sete etapas: 1) Miguel Silva, 93; 2) Dudu Pagliaro, 93; 3) Enrico Martinho, 72; 4) João Francisco, 65; 5) Vinicius Duzzi, 46; 6) Enzo Brandão, 44; 7) Arthur Pilão, 38; 8) Marcelos Kairis, 34; 9) Lucas Guimarães, 29; 10) João Paulo Guedes, 18.

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,66
Venda: 5,66
Turismo
Compra: 5,71
Venda: 5,89
EURO
Compra: 6,13
Venda: 6,13

Grande SP ainda tem 36 mil clientes sem energia elétrica

Interior de São Paulo deve ter maior volume de chuva do estado

O estado de São Paulo deve ter chuvas e ventos intensos entre sexta-feira (18) e domingo (20) em todas as regiões, alerta alerta meteorológico emitido na quarta-feira (16) pela Defesa Civil. A atenção especial é para cidades do interior. Os maiores volumes pluviométricos são esperados para as regiões da Serra da Mantiqueira,

Campinas, Sorocaba, Araçatuba, São José do Rio Preto, Bauru, Araraquara, Franca, Barretos e Ribeirão Preto. De acordo com a Defesa Civil, os índices previstos são de 200 milímetros para essas áreas.

Os grandes volumes de água vêm acompanhados de rajadas de vento que podem chegar a mais 60 km/h e granizo.

A Grande São Paulo tem ainda cerca de 36 mil clientes sem energia elétrica, segundo a concessionária Enel. A região sofreu um apagão, iniciado na última sexta-feira (11), após um temporal. Em coletiva de imprensa na manhã de quinta-feira, (17), o presidente da Enel, Guilherme Lencastre, disse, no entanto, que o número é muito próximo da operação normal - quando não há incidência de eventos climáticos intensos.

“Neste momento, estamos com 36 mil clientes sem energia, isso significa uma operação muito próxima da normalidade do nosso negócio. Nós temos 8,2 milhões de clientes. Numa operação normal, esse número oscila inclusive entre esse patamar 36 [mil] ou até um pouco mais”, disse Lencastre.

Ele apresentou dados que revelam um total de 3,1 milhões de clientes atingidos pelo apagão. A rede afetada inclui 17 linhas de alta tensão, 11 subestações, 221 circuitos de média tensão, 105 transformadores, 251 postes e 1.492 ocorrências com vegetação.

“Durante as primeiras 24 horas, tivemos uma recuperação aproximada de 79%. No ano passado, a gente chegou a ter uma

boa recuperação, mas de 57 a 58%. É importante dizer que essa situação, de fato, foi muito atípica. Ano passado também foi atípico. Essa recuperação em comparação com o ano passado foi melhor”, apontou. Em novembro do ano passado, a Grande São Paulo sofreu um apagão também por conta de chuvas intensas.

“Nós continuamos com nossa força de trabalho mobilizada, atuando em campo. É possível que existam casos de clientes mais antigos e esses são os prioritários que nós vamos restabelecer a partir de agora. Estamos mantendo a operação como se ainda estivéssemos em crise, apesar de não estarmos mais em crise”, acrescentou.

Investimentos

O presidente da Enel avalia que há necessidade de investimento para a rede elétrica. “As redes de São Paulo são antigas, foram construídas há décadas atrás, quase 100 anos, e, durante essa construção, o planejamento foi feito de uma maneira, e os investimentos foram feitos de uma forma em que a rede tem as suas características próprias. Todas as redes precisam de investimentos massivos de longa

maturação”, disse.

Ele defendeu que haja incentivos para que as concessionárias invistam na resiliência da rede, no contexto das mudanças climáticas e eventos extremos, e que o contrato de concessão precisa ser modernizado. “Estamos fazendo projetos específicos para a resiliência de rede em alguns bairros para mostrar um projeto piloto de como pode ser, quais são os efeitos, como a gente pode ter uma rede mais resiliente, mas isso precisa ser endereçado no nosso contrato de concessão. A realidade é que o setor de distribuição no Brasil inteiro precisa ter um olhar mais construtivo. Essa é uma estrutura essencial para a população e para a sociedade”, observou.

“A gente sabe, com experiências do mundo todo, que todos estão buscando planejar melhor a resiliência das redes, por vários estudos. Esses estudos passam, inclusive, por melhor previsão climática. A previsão climática passa a ser essencial para ter uma maior previsibilidade, maior prontidão. Investimento em resiliência passa por um processo de investimento da companhia, mas também de adaptação de todos, da

sociedade, dos órgãos públicos e da companhia”, comentou o presidente da Enel.

Lencastre afirmou que a empresa tem investido em reforçar a rede e torná-la mais flexível, a fim de ter novos caminhos para levar essa energia ao cliente, caso tenha uma interrupção. “Você precisa reforçar a rede. Muita gente fala de rede subterrânea. Isso também é uma possibilidade? Sim, mas não é uma solução simples”, argumentou. Segundo ele, uma rede subterrânea custa dez vezes mais do que uma rede aérea.

“Para que tudo isso seja feito, o nosso contrato precisa ser modernizado. Os contratos de concessões foram pensados e foram viabilizados há décadas, em uma circunstância onde o cenário era totalmente diferente, principalmente com relação aos eventos climáticos”, defendeu. “Essa intensidade [dos eventos climáticos] tem atingido e impactado muito a nossa rede. A modernização dos contratos é importante para que tenhamos flexibilidade. Precisamos ter incentivos para investimento em resiliência. O atual contrato não traz esse incentivo”, acrescentou. (Agência Brasil)

Faesp pede ao governador de SP revisão da venda de fazenda dedicada à pesquisa do café

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), por meio de seu presidente, Tirso de Salles Meireles, enviou um ofício ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, expressando preocupações em relação à possível venda de parte da área da Fazenda Santa Elisa, pertencente ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC). A possível venda da área faz parte de estudos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para avaliar a viabilidade de áreas pertencentes à pasta.

A propriedade abriga um dos mais importantes bancos

de germoplasma de café do Brasil e do mundo. Trata-se de uma área que reúne todo o conjunto de material genético que compõe a base da herança genética do café no país, o que, segundo o documento enviado ao governador, é fundamental para a continuidade das pesquisas e desenvolvimento de novas variedades da cultura. A Fazenda Santa Elisa tem papel central diante da importância histórica do café no fortalecimento da economia nacional, uma vez que “90% das cultivares de café produzidas no Brasil são resultado de pesquisas realizadas nesta unidade do IAC”, conforme

consta no ofício.

“Vale destacar que o café da Colômbia, que é uma referência no mercado internacional, é fruto das pesquisas do IAC. O Instituto faz um trabalho grandioso, que precisa ser preservado. Temos expectativa de que o governador reveja essa proposta”, afirmou Meireles.

A venda da área, caso seja concretizada, representa ameaça direta ao patrimônio genético armazenado e às pesquisas em curso, com impacto na sustentabilidade e competitividade da cafeicultura brasileira. Além disso, a Faesp avalia que a eventual transferência das pesquisas para

outra localidade seria um processo dispendioso e demorado, comprometendo os avanços científicos em desenvolvimento. A entidade defende que decisões sobre a venda de bens públicos considerem não apenas os aspectos financeiros, mas também os impactos sociais, econômicos e ambientais a longo prazo.

Por fim, o ofício solicita ao governador que reconsidere a possibilidade da venda da área e que preserve a unidade de pesquisa do IAC, essencial para o desenvolvimento e a sustentabilidade da cafeicultura e da agropecuária brasileira. (Notícias Agrícolas)

Secretaria de Agricultura de SP promove 1º Encontro do Projeto Cozinha Alimento

Para encerrar as comemorações da Semana da Alimentação, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, promoveu na quinta-feira (17/10), o 1º Encontro do Projeto Cozinha Alimento. O evento reuniu, na sede da pasta na capital paulista, gestores, nutricionistas e beneficiários para compartilhar experiências e ideias e, juntos, contribuírem para a inovação do Projeto em seus respectivos municípios.

O Projeto Estadual Cozinha Alimento promove a instalação de

cozinhas profissionais para capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional, com foco na promoção de hábitos alimentares saudáveis, no aproveitamento integral dos alimentos, fortalecimento do empreendedorismo social, incentivo à geração de renda e desenvolvimento de ações sociais para a população paulista.

O Projeto, segundo a coordenadora de Segurança Alimentar, capacitou 20 mil pessoas somente neste ano, com mais de 56 con-

vênios estabelecidos com as prefeituras. “Esse é um projeto que me emociona muito, por poder acompanhar o impacto que causa na vida das pessoas. São milhares de empreendedores se capacitando todos os dias ao redor do Estado. Isso é muito gratificante para nós”, se emociona Camila Kanashiro, coordenadora de Segurança Alimentar da COSALI.

Ontem, também na sede da SAA, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, aconteceu também o 14º Prêmio Jo-

sué de Castro, evento que reconhece e valoriza iniciativas paulistas de combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

O prêmio, concedido anualmente pela Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSALI), da SAA, e pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea/SP), premia municípios, universidades e entidades, públicas e privadas, nas categorias “Pesquisa Científica” e “Programa ou Projeto de Políticas Públicas”.

Preços do frango congelado ou resfriado em SP vão em direções distintas

A quinta-feira (17) se encerrou com cotações, na maioria, estáveis para o mercado do frango, com exceção para a ave congelada ou resfriada em São Paulo. De acordo com análise do Cepea, os preços da carne de frango e do animal vivo vêm apresentando comportamentos dis-

tintos neste início de outubro. O típico aquecimento da demanda neste período do mês (recebimento de salários) tem elevado os valores em muitas regiões, já em outras praças, o descompasso entre oferta e demanda resulta em leve queda nas cotações.

De acordo com a Scot Con-

sultoria, o valor do frango na granja em São Paulo ficou estável, custando, em média, R\$ 5,50/kg, da mesma forma que a ave no atacado, fechando, em média, R\$ 6,85/kg.

No caso do animal vivo, o preço não mudou no Paraná, cotado a R\$ 4,49/kg, da mesma for-

ma que em Santa Catarina, valendo a R\$ 4,43/kg.

Conforme informações do Cepea/Esalq.Vivo, referentes à quarta-feira (16), a ave congelada teve tímida alta de 0,27%, chegando a R\$ 7,51/kg, e o frango resfriado cedeu 0,39%, fechando em R\$ 7,58/kg. (Notícias Agrícolas)



CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Uma coisa foram as eleições e reeleições dos mais votados pras cadeiras de vereadores e vereadoras nas eleições 2024. Outra coisa, bem diferente, é quem serão os eleitos pra mesa diretora [fevereiro 2025] e pras principais comissões da Casa

PREFEITURA (São Paulo)

Analisando as pesquisas, muito favoráveis ao Ricardo Nunes (MDB) parece ter acertado não ir ao debate com Boulos (PSOL) na rede TV!. Hoje, não vai ao debate no SBT. Ao que parece, pode levar trunfos pros debates na tv Record e o final na Globo

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Parlamentares que não foram eleitos [nos primeiros turnos em suas cidades] prefeitos(as) em 2024 e também quem não for eleito(a) nos segundos turnos, devem se preparar pra enfrentar várias guerras internas [nos partidos] nas eleições 2026

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio (Republicanos) segue firme, empunhando as bandeiras pela reeleição do Ricardo Nunes (MDB). Ele tá reafirmando que [com o coronel - reformado da Rota - de vice] o prefeito paulistano deve sair bem dos debates aos quais for

CONGRESSO (Brasil)

Vários deputados(as) federais e até senadores(as) já não escondem a roleta russa na qual estão, uma vez que a ex-colega [na Câmara Deputados(as) e no Senado] Marta (ex-Suplicy) não tá agregando na candidatura do Boulos (PSOL) à prefeitura SP

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Desde que Lula (ainda dono do PT) assumiu ser garoto-propaganda do candidato que não é da legenda 13 [leia-se Boulos - PSOL], pedindo votos [pra prefeitura paulistana] na legenda 50, nossa coluna já publicava que vários históricos não iriam apoiar

PARTIDOS (Brasil)

Veteranos dirigentes fazem a leitura de que se o Bolsonarismo (via PL) não der apoio total à tentativa de reeleição do prefeito paulistano Nunes (MDB) será bem menos fatal que os Lulistas fizerem [alguns já estão] a mesma coisa com Boulos (PSOL)

JUSTIÇAS (Brasil)

O maior e mais importante Tribunal Regional Eleitoral [Estado de São Paulo] tá sendo elogiado por muitos dos profissionais [advogados e advogadas que atuam no Direito eleitoral e partidário]. Os motivos são as considerações em decisões polêmicas

ANO 32

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP); por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Convertei-vos pela minha repreensão; eis que abundantemente derramarei sobre vós meu espírito e vos farei saber as minhas palavras” **Provérbios 1:23**

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR
Jornalista Responsável: Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Grafica Pana
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

TCU acolhe pedido do Governo de SP e determina abertura de dados da Enel

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou na quarta-feira (16) medida cautelar solicitando que a empresa Enel dê acesso às informações de seu centro de controle operacional à Agência Reguladora de Serviços

Públicos do Estado de São Paulo (Arresp). A medida ocorre após pedido feito pelo Governo de São Paulo em conjunto com outras 16 prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo em reunião nesta terça-feira (15), no Palácio

dos Bandeirantes.

Em carta entregue ao ministro da Corte Augusto Nardes, a gestão estadual solicitou, entre as medidas que elevariam a capacidade de fiscalização dos serviços de energia elétrica, que as

concessionárias dessem acesso aos dados em tempo real “para que os serviços possam ser continuamente monitorados, e, especialmente, para que os eventos de crise possam ser acompanhados e fiscalizados”.

Bloqueio do cartão do Bolsa Família em bets está sendo implementado

O bloqueio do uso dos cartões do Bolsa Família para o pagamento de apostas esportivas está sendo implementado, disse na quinta-feira (17) o ministro do Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome, Wellington Dias. “Essa decisão já foi adotada e agora estamos na fase de implementação do ponto de vista técnico”, declarou Dias ao sair de reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O ministro esclareceu que o bloqueio dos cartões do programa social para o pagamento às bets (sites de apostas) ocorre paralelamente à antecipação da proibição geral de cartões de crédito para o pagamento de apostas eletrônicas.

“Nós estamos trabalhando na perspectiva de garantir o cumprimento da regra, que coloca para todos os cartões, de crédito e do Bolsa Família, a regra que limita, impedindo o uso para pagamento de apostas”, explicou. “A medida é geral, para não criar, inclusive, um preconceito contra cartão do Bolsa Família, a medida geral que vale para todos os cartões vale também para o cartão do Bolsa Família”, disse Dias.

No caso do Bolsa Família, informou o ministro, além da proibição geral para cartões de crédito, a Caixa Econômica Federal

estabelecerá limite zero para o pagamento a casas de apostas. Dias assegurou que as bets legalizadas estão ajudando o governo no bloqueio em suas páginas.

“O cartão do Bolsa Família tem liberdade de uso para acessar necessidades da família, alimentação e outras. Certamente, jogos não são uma necessidade. Para não criar inclusive um preconceito contra cartão do Bolsa Família, a medida geral que vale para todos os cartões vale também para o cartão do Bolsa Família”, complementou o ministro.

Sobre uma data para o início

do bloqueio, o ministro disse esperar que ele ocorra “o mais cedo possível”, reiterando que mantém o diálogo com as empresas de apostas eletrônicas.

Estigmatização

Sobre o estudo do Banco Central (BC), que apontou que cerca de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em aposta somente em agosto, Wellington Dias disse ser necessário evitar a estigmatização do programa social.

“Quando a gente olha toda a população brasileira, são 52 milhões de pessoas que jogam. Quando a gente olha o público

do Bolsa Família, são 3 milhões. Quando a gente faz a proporção, são 52% de toda a população e 17,5% dos beneficiários do Bolsa Família que jogam. Quem usou o cartão do programa foi apenas 1,4%”, destacou Dias. “Toda minha preocupação é em não demonizar o público do Bolsa Família e dos demais programas sociais.”

Lista

Segundo a atualização mais recente da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, há 98 empresas, com 215 bets autorizadas a explorar as apostas de quota fixa em todo o

território nacional. Outras 26 empresas estão autorizadas a operar apenas em alguns estados: cinco no Paraná, quatro no Maranhão, uma em Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro e oito na Paraíba.

Em relação às cerca de 2.030 empresas e sites irregulares, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) começou a desativar as páginas na última sexta-feira (11). A agência reguladora notificou cerca de 21 mil empresas de telecomunicações em todo o país para suspender o acesso aos sites da lista negativa. (Agência Brasil)

Confiança do consumidor recua 7,1% na capital paulista

A expectativa dos paulistanos com o futuro da economia piorou, segundo o Índice de Confiança dos Consumidores (ICC) de setembro, produzido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), que aponta uma queda de 7,1% no indicador quando comparado ao mesmo período do ano passado — de 132,6 para 123,2 pontos. De acordo com a Entidade, um conjunto de fatores ajudam a explicar esse resultado, mas o principal é a incerteza quanto ao ambiente econômico do País, que afeta diretamente as expectativas das famílias sobre as condições econômicas futuras.

O ICC também apresentou uma retração mensal de 3,2%. O indicador — que varia entre 0 e 200 pontos, apontando pessimismo ou otimismo total dos consumidores em relação às condições econômicas atuais e futuras —, é composto por duas variáveis: Índice de Expectativa do Consumidor (IEC) e Índice das Condições Econômicas atuais (ICEA). No mês, o quesito “expectativas” foi o que mais recuou.

O subíndice caiu 12,6%, no comparativo anual, e 4,4%, em

relação ao mês anterior, atingindo 127,6 pontos. Isso reflete frustração com as perspectivas econômicas, apesar do crescimento no emprego. Segundo a FecomercioSP, mesmo com o mercado de trabalho aquecido, muitos consumidores não percebem melhorias no dia a dia, especialmente com o aumento dos preços.

Além disso, os juros altos, necessários para conter a inflação, tornam o crédito mais caro, dificultando o consumo, inclusive de bens duráveis. A Federação também destaca as incertezas em relação às políticas econômicas, incluindo preocupações com o equilíbrio fiscal e reformas, que criaram um ambiente de insegurança. Os impactos da Reforma Tributária sobre o custo de vida e mercado de trabalho, por exemplo, afetou diretamente as expectativas dos paulistanos.

Por fim, os dados mais positivos sobre a confiança do consumidor vêm de um período passado. O índice atual sugere uma desaceleração econômica que ainda não se concretizou totalmente.

Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF)

Esse cenário incerto traz im-

plicações diretas para os empresários, que podem ter dificuldades para manter as vendas e gerenciar estoques, ainda mais em segmentos que dependam do crédito e de bens de consumo duráveis. O Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), outro indicador produzido pela FecomercioSP, revela exatamente esse movimento: queda de 4,2%, no comparativo anual, revelando consumidores mais cautelosos, sobretudo entre os lares de menor renda.

As variáveis “perspectiva de consumo” e “perspectiva profissional” caíram 17,9% e 12%, respectivamente, em relação a setembro de 2023. Na comparação mensal, as maiores quedas foram vistas em “perspectiva de consumo” (-5%) e “nível de consumo atual” (-4%). As famílias estão menos confiantes em fazer compras futuras — especialmente de bens não essenciais — e reduziram o consumo geral, em decorrência do aumento dos custos e da inflação ainda presente.

Outras quedas foram observadas no “acesso ao crédito” (-2,8%) e “momento para duráveis” (-1,2%). Quatro dos sete

componentes do ICF estão abaixo de 100 pontos, indicando pessimismo: “momento para duráveis” (80 pontos), “nível de consumo atual” (81,7 pontos), “perspectiva de consumo” (93,8 pontos) e “acesso ao crédito” (96 pontos).

Por faixa de renda, lares com menos de dez salários-mínimos são os mais pessimistas, com quedas de 7,7%, no comparativo anual, e 1,2%, em relação a agosto. As famílias com maior renda, por sua vez, menos dependentes de crédito e mais resistentes aos impactos econômicos, registraram altas de 5,6%, no ano, e 0,2%, no mês.

O ICF apontou alta em “renda” (6,2%) e “emprego” (2,3%). No entanto, esses resultados não foram suficientes para elevar a confiança futura dos paulistanos. Embora o Índice de Confiança do Consumidor tenha crescido 3,5% no item Condições Econômicas Atuais (ICEA), houve retração de 1% em comparação ao mês anterior.

ICF

O Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) é apurado mensalmente pela Fecomercio-

oSP desde janeiro de 2010, com dados de 2,2 mil consumidores no município de São Paulo. O ICF é composto por sete itens: Emprego Atual; Perspectiva Profissional; Renda Atual; Acesso ao Crédito; Nível de Consumo; Perspectiva de Consumo e Momento para Duráveis. O índice vai de zero a 200 pontos, no qual abaixo de cem pontos é considerado insatisfatório, e acima de cem pontos, satisfatório. O objetivo da pesquisa é ser um indicador antecedente de vendas do comércio, tornando possível, a partir do ponto de vista dos consumidores e não por uso de modelos econométricos, ser uma ferramenta poderosa para o varejo, para os fabricantes, para as consultorias, assim como para as instituições financeiras.

ICC

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) é apurado mensalmente pela FecomercioSP desde 1994. Os dados são coletados com aproximadamente 2,1 mil consumidores no município de São Paulo. O objetivo é identificar o sentimento dos consumidores levando em conta suas condições econômicas atuais e

suas expectativas quanto à situação econômica futura. Esses dados são segmentados por nível de renda, sexo e idade. O ICC varia de zero (pessimismo total) a 200 (otimismo total). Sua composição, além do índice geral, se apresenta como: Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA) e Índice das Expectativas do Consumidor (IEC). Os dados da pesquisa servem como um balizador para decisões de investimento e para formação de estoques por parte dos varejistas, bem como para outros tipos de investimento das empresas.

Sobre a FecomercioSP

Reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

BC alerta sobre golpistas que prometem resgate de recursos esquecidos

Toda e qualquer tentativa de facilitar a consulta ou saque do dinheiro esquecido em bancos ou instituições financeiras que não sejam de sites oficiais do Banco Central são golpes. O alerta foi feito pelo BC em seu site e nas redes sociais.

“O único site onde você pode consultar e saber como solicitar a devolução dos seus valores, da sua empresa ou de pessoas fale-

cidas é o <https://valoresareceber.bcb.gov.br/>”, informou a autoridade monetária.

O prazo para resgate de recursos venceu na quarta-feira (16). Portanto, quem perdeu o prazo pode acabar sendo iludido com alguma promessa de viabilização de resgate fora do prazo. Muitos golpistas, inclusive, pedem pagamento antecipado pelo serviço.

Segundo o BC, foram identi-

ficados, em redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, diversos anúncios relativos ao dinheiro esquecido nas instituições financeiras, que direcionam as pessoas a sites que não são os oficiais do Banco Central.

“Qualquer outro site é falso! Não usamos nenhuma página enfrentando problemas com a falta de luz na Grande São Paulo.

ta a instituição ao enfatizar que todos os serviços que o Banco Central do Brasil oferece são gratuitos.

O BC acrescenta que não envia links nem entra em contato com as pessoas para tratar sobre valores a receber, nem para confirmar dados pessoais.

“Somente a instituição que aparece no Sistema de Valores a Receber é que pode te contatar e ela nunca vai pedir sua senha.

Não clique em links suspeitos enviados por e-mail, SMS, WhatsApp ou Telegram”, complementa.

Cerca de 42 milhões de pessoas físicas e 3,6 milhões de pessoas jurídicas possuem valores a receber esquecidos no sistema financeiro. Até agosto, cerca de R\$ 8,6 bilhões não haviam sido sacados — R\$ 6,62 bilhões por pessoas físicas e R\$ 1,97 bilhão por empresas.

Os recursos não sacados terão como destino a conta única do Tesouro Nacional, para atender à lei que compensa a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de 156 municípios, aprovada em setembro pelo Congresso, para compor os R\$ 55 bilhões que entrarão no caixa do governo para custear a extensão do benefício. (Agência Brasil)

Defesa Civil-SP vai ver in loco trabalho das elétricas durante chuvas

O governo de São Paulo anunciou na quinta-feira (17) que vai montar um gabinete de crise no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, para acompanhar as fortes chuvas e ventos que estão sendo esperados em diversas regiões do estado paulista a partir desta sexta-feira (18). O governo informou também que, a partir da tarde de hoje, equipes da Defesa Civil estarão dentro do centro de operações de concessionárias de energia elétrica — entre elas a Enel — para fiscalizar o plano de contingência que essas empresas montaram para enfrentar situações de emergência.

“Vamos acompanhar como essas empresas estão trabalhando e entregando o serviço para a população”, disse o coronel Henrique Ricardo Pereira, coordenador da Defesa Civil do estado de São

Paulo. “Quando a empresa [Enel] diz que terá entre 700 e 1,2 mil equipes trabalhando na rua, agora a gente da Defesa Civil vai poder enxergar isso. Quando eles falam que vão colocar geradores em lugares pré-determinados para não impactar a saúde e a educação, vamos cobrá-las disso, porque agora vamos estar dentro do centro de operações”, acrescentou.

Pereira falou com a imprensa na quinta-feira (17) após uma reunião entre ele e o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas, o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes, representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) e das empresas Enel, CPFL, EDP, Energia e União Energia, que operam em São Paulo.

As chuvas fortes e os ventos que atingiram diversas cidades paulistas na última sexta-feira (11) provocou sete mortes e quedas de árvores, além de ter deixado pelo menos dois milhões de consumidores sem energia elétrica. Ainda hoje, segundo a Enel, 36 mil consumidores continuam enfrentando problemas com a falta de luz na Grande São Paulo.

Uma semana após o temporal, a Defesa Civil emitiu novo alerta para pancadas de chuva e rajadas de vento entre esta sexta-feira (18) e o próximo domingo (20) em todo o estado paulista. O alerta, diz o órgão estadual, é devido à passagem de uma frente fria que trará rajadas de vento que podem chegar a 60 km/h, raios e possíveis quedas de grânizo em pontos isolados, com riscos de desabamentos, alagamentos e enchentes.

De acordo com o coronel, todo o efetivo da Defesa Civil, formado por cerca de 5,4 mil agentes tanto municipal quanto estadual, estarão de prontidão a partir de amanhã para acompanhar eventuais problemas provocados pelo temporal previsto para este final de semana. Já o gabinete de crise, que vai reunir membros da Defesa Civil e de áreas como saúde, Corpo de Bombeiros e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), será montado a partir das 8h da de amanhã.

Diante da previsão de um novo temporal no estado de São Paulo, a partir desta sexta-feira, o Procon-SP orienta consumidores e pequenos comerciantes para que adotem algumas medidas preventivas a fim de evitar problemas causados por eventuais falhas no abas-

tecimento de energia. Entre essas medidas, diz o órgão, está a documentação de situações importantes para que o consumidor possa se resguardar quando for pedir um ressarcimento.

“Apesar de não ser obrigatório, o consumidor pode tirar fotos dos alimentos, de receitas médicas, das embalagens dos medicamentos; anexar notas fiscais de compra desses produtos, reforçando o pedido que deve ser encaminhado diretamente à empresa ou, se o consumidor preferir, diretamente ao Procon-SP”, informou.

Especialmente para os consumidores em cujas residências haja equipamentos de suporte a vida, o Procon-SP orienta que seja feito um registro, por foto ou vídeo, do estado de funcionamento do equipamento e

que sejam adotadas as precauções recomendadas pelos fabricantes dos aparelhos para casos de falta ou de picos de energia. O órgão pede, também, que estes usuários façam um cadastro prévio nas distribuidoras de energia para que as concessionárias adotem providências imediatas em casos de falta de eletricidade ou de danos aos equipamentos.

“Quem possui medicamentos que necessitem de refrigeração, deve igualmente registrar sua existência, bem como recibos, bulas e receitas médicas, de forma a garantir a presença e o estado destes produtos antes ou imediatamente após eventual interrupção no fornecimento de energia elétrica”, alertou o Procon. (Agência Brasil)



EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, PROCESSO Nº 1004998-84.2023.8.26.0008 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquape, Estado de São Paulo, Dr(a). JOAO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO, na forma da Lei, e/ou FAZ SABER a(s) ODS SOLUTIONS TECHNOLOGY SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO INTEGRADOS EIRELLI, CNPJ: 362029900175, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível - Assunto Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, por parte de Condomínio Edifício Gibraltar, com o valor de R\$ 73.650,00, atualizado em 17/03/2023 17:32:12. Encontrando-se a(s) ré(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que lhe fúria após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a(s) ré(s) será(ão) considerada(s) revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de agosto de 2024. 17181

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS,PROCESSO Nº1031377-03.2022.8.26.0001 A MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I-Santana, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecília Monteiro Frazão, na forma da Lei, e/ou FAZ SABER a LUCIANO BARBOSA GONCALVES, CPF 32345770873 e VERA LUCIA BARBOSA GONCALVES, CPF 06507092943, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Beneficência Nipo Brasileira de São Paulo, objetivando a cobrança de R\$ 14.948,49 (e/ou FAZZ), referente a tratamento médico e medicamentos e honorários advocatícios. Encontrando-se os réus devidamente corrigido e acrescido das custas e despesas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que lhe fúria após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de agosto de 2024. 17181

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE Nº 35.300.501.497

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Sequia Logística e Transportes S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 01.599.101/0001-93, na qualidade de emissora 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia ("Emissora" e "Emissã" respectivamente), convoca os Srs. titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula 9 e seguintes do *Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Série Única, da Sequioa Logística e Transportes S.A.*, celebrado em 17 de novembro de 2022, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") a ser realizada em primeira convocação no dia 04 de novembro de 2024, às 12:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, na sede da Emissora, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a supressão da Cláusula 4.27.11 da Escritura de Emissão; (ii) Concessão à Emissora da sustação de efeitos de Vencimento Antecipado Automático com base na Cláusula 6.1.1.1, item (ii), da Escritura de Emissão, e declarar que a apresentação do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Emissora e pela Transportadora Americana S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.244.631/0001-69, não acarretará o Vencimento Antecipado Não Automático das obrigações previstas na Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.1.1.2, item (xv), da Escritura de Emissão; e (iii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os documentos e realizar os demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da assembleia geral. Informações Gerais: I. Local: AAGD será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos da Resolução CVM 81, a AGD, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. II. Documentos de Representação: Nos termos do artigo 72, §1º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharemos aos cuidados do Agente Fiduciário e da Emissora, nos seguintes endereços eletrônicos: af.assembleias@oliveiratrust.com.br e ri@sequioalog.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debentures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): (i) se pessoa física: (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; (ii) se pessoa jurídica: (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o caso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e (iii) se fundo de investimento: cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos nos subitens (ii) e (iii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da AGD deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na AGD (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). A Companhia se reserva o direito de, antes e/ou durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em AGD, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos no Edital de Convocação, mantidos aqueles limitados às matérias da Ordem do Dia. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no convlave ora convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da AGD. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação e da Assembleia Geral. Embu das Artes, 11 de outubro de 2024. SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE Nº 35.300.501.497

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES MANDATORIAMENTE CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, EM ATÉ 2 (DUAS) SÉRIES, DA SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Sequia Logística e Transportes S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 01.599.101/0001-93, na qualidade de 4ª (quarta) emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissora" e "Emissã" respectivamente), convoca os Srs. titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula 9 e seguintes do *Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Mandatoriamente Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, em até 2 (Duas) Séries, da Sequioa Logística e Transportes S.A.*, celebrado em 19 de setembro de 2023, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") a ser realizada em primeira convocação no dia 04 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, na sede da Emissora, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão à Emissora da sustação de efeitos de Vencimento Antecipado Automático com base na Cláusula 6.1.1.1, item (ii), da Escritura de Emissão, e declarar que a apresentação do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Emissora e pela Transportadora Americana S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.244.631/0001-69, não acarretará o Vencimento Antecipado Não Automático das obrigações previstas na Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.1.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão; e (ii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os documentos e realizar os demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da assembleia geral. Informações Gerais: I. Local: AAGD será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos da Resolução CVM 81, a AGD, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. II. Documentos de Representação: Nos termos do artigo 72, §1º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharemos aos cuidados do Agente Fiduciário e da Emissora, nos seguintes endereços eletrônicos: af.assembleias@oliveiratrust.com.br e ri@sequioalog.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debentures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): (i) se pessoa física: (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; (ii) se pessoa jurídica: (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o caso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e (iii) se fundo de investimento: cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos nos subitens (ii) e (iii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da AGD deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na AGD (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). A Companhia se reserva o direito de, antes e/ou durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em AGD, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos no Edital de Convocação, mantidos aqueles limitados às matérias da Ordem do Dia. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no convlave ora convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da AGD. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação e da Assembleia Geral. Embu das Artes, 11 de outubro de 2024. SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE Nº 35.300.501.497

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES MANDATORIAMENTE CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Sequia Logística e Transportes S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 01.599.101/0001-93, na qualidade de 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Mandatoriamente Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, em 2 (Duas) Séries, da Sequioa Logística e Transportes S.A. ("Emissora" e "Emissã" respectivamente), convoca os Srs. titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula 9 e seguintes do *Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Mandatoriamente Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, em 2 (Duas) Séries, da Sequioa Logística e Transportes S.A.*, celebrado em 22 de março de 2024, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") a ser realizada em primeira convocação no dia 04 de novembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, na sede da Emissora, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão à Emissora da sustação de efeitos de Vencimento Antecipado Automático com base na Cláusula 6.1.1.1, item (ii), da Escritura de Emissão, e declarar que a apresentação do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Emissora e pela Transportadora Americana S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.244.631/0001-69, não acarretará o Vencimento Antecipado Não Automático das obrigações previstas na Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.1.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão; e (ii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os documentos e realizar os demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da assembleia geral. Informações Gerais: I. Local: AAGD será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos da Resolução CVM 81, a AGD, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. II. Documentos de Representação: Nos termos do artigo 72, §1º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharemos aos cuidados do Agente Fiduciário e da Emissora, nos seguintes endereços eletrônicos: af.assembleias@oliveiratrust.com.br e ri@sequioalog.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debentures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): (i) se pessoa física: (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; (ii) se pessoa jurídica: (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o caso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e (iii) se fundo de investimento: cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos nos subitens (ii) e (iii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da AGD deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na AGD (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). A Companhia se reserva o direito de, antes e/ou durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em AGD, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos no Edital de Convocação, mantidos aqueles limitados às matérias da Ordem do Dia. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no convlave ora convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da AGD. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação e da Assembleia Geral. Embu das Artes, 11 de outubro de 2024. SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE Nº 35.300.501.497

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Sequia Logística e Transportes S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 01.599.101/0001-93, na qualidade de 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, em 2 (Duas) Séries, da Sequioa Logística e Transportes S.A. ("Emissora" e "Emissã" respectivamente), convoca os Srs. titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula 9 e seguintes do *Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, em 2 (Duas) Séries, da Sequioa Logística e Transportes S.A.*, celebrado em 29 de agosto de 2024, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") a ser realizada em primeira convocação no dia 04 de novembro de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 26 de agosto de 2024, conforme alterada, na sede da Emissora, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão à Emissora da sustação de efeitos de Vencimento Antecipado Automático com base na Cláusula 6.1.1.1, item (ii), da Escritura de Emissão, e declarar que a apresentação do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Emissora e pela Transportadora Americana S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.244.631/0001-69, não acarretará o Vencimento Antecipado Não Automático das obrigações previstas na Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.1.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão; e (ii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os documentos e realizar os demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da assembleia geral. Informações Gerais: I. Local: AAGD será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos da Resolução CVM 81, a AGD, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. II. Documentos de Representação: Nos termos do artigo 72, §1º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharemos aos cuidados do Agente Fiduciário e da Emissora, nos seguintes endereços eletrônicos: af.assembleias@oliveiratrust.com.br e ri@sequioalog.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debentures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): (i) se pessoa física: (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; (ii) se pessoa jurídica: (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o caso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e (iii) se fundo de investimento: cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos nos subitens (ii) e (iii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da AGD deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na AGD (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). A Companhia se reserva o direito de, antes e/ou durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em AGD, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos no Edital de Convocação, mantidos aqueles limitados às matérias da Ordem do Dia. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no convlave ora convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da AGD. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação e da Assembleia Geral. Embu das Artes, 11 de outubro de 2024. SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Encerramento:
21/10/2024
2ª feira - às 11h00

Leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

APTO. EM TAQUARA, RIO DE JANEIRO/RJ

EDIFÍCIO SECRET GARDEN, localizado na Rua Mapendi, 660, Apto. 108, Bloco 2.

À vista ou a prazo conforme o Edital do leilão. Leia o Edital, veja as fotos e mais informações no site da leiloeira. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 - Mooca - São Paulo - SP.
Ana Claudia Campos Frazão - leiloeira oficial - JUCESP 836.
Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.Frazaoleiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativa, prenotado sob nº 926.520 em 31 de julho de 2024 a requerimento de CLEBER JOSÉ BONETTI MACHADO, brasileiro, aposentado, RG nº 4.141.228-SSP/SP e CPF nº 244.515.928-87, divorciado e sua companheira YASUKO MINEOKA, brasileira, designer, RG nº 7.574.391-SSP-SP e CPF nº 007.291.998-19, solteira, maior, conviventes em união estável por escritura pública de contrato de união estável, datada de 24.09.2004, nas notas do 11º Tabelião desta Capital, no livro 4345, fls. 249, não levada a registro, residentes e domiciliados na Rua Fiação da Saúde nº 194 aptº 21, Bloco C, Saúde, CEP: 04144-900, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores dos sócios ou representantes da titular de domínio CONSTRUTORA ARAÃO SAHM LTDA, CNPJ nº 60.934.346/0001-99, com origem na transcrição nº 91.524 do 14º Registro de Imóveis da Capital, requer a USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre a vaga indeterminada, da garagem coletiva, localizada nos 1º e 2º subsolos dos blocos C-1, C-2 e C-3, integrantes do Conjunto Habitacional de Vila Mariana, situado na Avenida Jabaquara nºs 1.397/1.495, esquina das Ruas Pereira Stefano e Fiação da Saúde, na Saúde, melhor caracterizada na incorporação de condomínio, cuja descrição seguirá na matrícula a ser aberta, alegando e comprovando posse mansa e pacífica há mais de 10 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 01 de outubro de 2024.

PLATAFORMA 62S PARTICIPAÇÕES S.A.

CONSTITUIÇÃO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 27/09/2024

Data, Hora e Local: 27/09/2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Bairro Bela Vista, na Avenida Paulista, 726, 13º andar, conj. 1309, sala 625 - CEP 01310-910.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presenças dos Acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: André Luis Fonseca Sérgio; Secretário: Tiago Damasceno Bernardino. **Ordem do Dia:** (a) deliberar sobre a constituição da sociedade por ações denominada PLATAFORMA 62S PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"); (b) deliberar sobre a subscrição de ações representativas do capital social da Companhia (c) aprovar o Estatuto Social que regerá a Companhia; (d) eleger os diretores da Companhia; e (e) fixar a remuneração dos diretores da Companhia. **Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas fundadores da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem qualquer ressalva, o que segue: (a) **Constituição de Sociedade por Ações.** Foi aprovada a constituição da sociedade por ações denominada PLATAFORMA 62S PARTICIPAÇÕES S.A. (b) **Subscrição de Ações do Capital Social Subscrito.** Os acionistas fundadores subscreveram 150 (cento e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada ação, totalizando um capital social no montante de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) sendo que R\$ 15,00 (quinze reais) está integralizado e o restante serão totalmente integralizados no prazo de 12 meses a contar da data de registro do Estatuto Social. Os acionistas fundadores subscreveram o capital social na forma prevista no Boletim de Subscrição, o qual passa a integrar esta ata para todos os fins de direito como Anexo I. (c) **Aprovação do Estatuto Social.** Passou-se à leitura do modelo de Estatuto Social, o qual, após discussões dos acionistas fundadores, foi aprovado por unanimidade, sem qualquer ressalva, sendo certo que passa a integrar esta ata para todos os fins de direito como Anexo II. (d) **Eleição da Diretoria.** Foram eleitos para compor a Diretoria da Companhia, para o mandato de 3 (três) anos, o Sr. André Luis Fonseca Sérgio, brasileiro, casado, Advogado, nascido em 05/04/1977, portador da cédula de identidade RG nº 28.595.663-2 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob nº 274.257.588-06, e Sr. Tiago Damasceno Bernardino, brasileiro, casado, empresário, nascido em 30/11/1985, portador da cédula de identidade RG nº 59.671.569-9 (SSP/SP), ambos com inscrição no Cidadao de São Paulo, Estado de São Paulo, Bairro Bela Vista, na Avenida Paulista, 726, 13º andar, conj. 1309 - CEP 01310-910, em cujos cargos de Diretor Presidente e Diretor da Companhia, respectivamente. **Declaração de Desempimento.** Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76 para a investidura como membro da Diretoria da Companhia, não estando impedido para o exercício de atividade empresarial, ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. (f) **Fixação da Remuneração da Diretoria.** Os acionistas fundadores deliberaram fixar a remuneração global anual da Diretoria em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a qual deverá ser repartida igualmente entre os Diretores eleitos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** André Luis Fonseca Sérgio - Presidente / Acionista / Diretor, Tiago Damasceno Bernardino Secretário Visto do advogado: André Luis Fonseca Sérgio - OAB/SP nº 325.476, CPF 274.257.588-06. JUCESP NIRE S/A nº 3530064843-9 em 04/10/2024 por (Marina Centurion Dardani) - Secretária Geral.

USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na Rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 528.920, em 30 de janeiro de 2024, e autuado o Requerimento feito por ERIVALDO COSTA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, RG nº 34.569.970-1-SSP/SP, CPF/MF nº 255.498.94866, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua das Palmeiras nº 103, apartamento 24, Santa Cecília, CEP 01226-011, objetivando a USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIO do APARTAMENTO nº 24, localizado no 2º andar "EDIFÍCIO MARACÁS", situado na Rua das Palmeiras nºs 97, 103, 105 e 107, no 11º Subdistrito - Santa Cecília, objeto da matrícula nº 8.102, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz: "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado"; ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 03 de outubro de 2024. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na Rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 534.387, em 21/05/2024, o Requerimento feito por FERNANDO DE OLIVEIRA MARQUES, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito no OAB/SP nº 91.209, RG nº 14.763.131-2-SSP/SP, CPF/MF nº 021.625.298-90, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Caiubi, nº 274/276, Perdizes - CEP: 05010-000, objetivando a USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA DE UM PRÉDIO e seu respectivo terreno, com 150m2, de área construída, situado na Rua Caiubi, nº 274/276, encerrando a área total de 200,00m2., no 19º Subdistrito - Perdizes, objeto da matrícula nº 75.684, deste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no

Se regulação não der conta, eu acabo, diz Lula sobre bets

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira (17) que pode acabar com o mercado das plataformas digitais de apostas esportivas, as chamadas bets, se a regulação não for suficiente para assegurar a saúde mental e financeira da população. Lula concedeu entrevista para a Rádio Metrópole, em Salvador, onde cumpre agenda.

“Eu tive uma reunião com 14 ministérios para a gente discutir a questão das bets e nós temos uma opção, ou acabava definitivamente ou a gente regulava. Nós optamos pela regulação, e me parece que essa semana mais de 2 mil bets já saíram de circulação”, disse o presidente.

“Nós vamos ver se a regulação dá conta. Se a regulação der conta, está resolvido o problema, se não der conta, eu acabo, fica bem claro. Porque você não tem controle do povo mais humilde, de criança com celular na mão fazendo aposta, nós não queremos isso”, afirmou o presidente.

Os sites e os aplicativos de apostas online que não foram autorizados pelo governo foram retirados do ar, no dia 11, em uma ação conjunta do Ministério da Fazenda e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Mais de 2 mil sites ilegais de apostas envolvidos com fraude e gol-

pes foram bloqueados.

Até o momento, 98 empresas com 215 bets estão aptas a operar no Brasil até dezembro, de acordo com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. Já as listas dos estados têm 26 empresas autorizadas a operar por cumprirem regras da portaria do Ministério da Fazenda.

No fim do ano, o Ministério da Fazenda deve concluir a análise definitiva dos primeiros pedidos de autorização de empresas para verificar quais cumprem as leis e as regras de apostas esportivas e de jogos online. As empresas terão de pagar R\$ 30 milhões à União para funcionar a partir de 1º de janeiro de 2025. É nessa data que começa a operar o mercado regulado de apostas no Brasil.

Uma lei votada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2023 estabeleceu que cabe ao Ministério da Fazenda autorizar a exploração de apostas e fixar condições e prazos para adequação das empresas do ramo.

Ao todo, o governo já editou dez portarias para regulamentar as operações das bets. Elas tratam, entre outras questões, sobre o que é o jogo justo, certificação, questões financeiras, utilização obrigatória do sistema fi-

nanceiro, proibição de cartão de crédito, proteção do apostador em relação a menores, pessoas dependentes, questão de publicidade e a questão dos procedimentos.

As plataformas terão de seguir todas as regras de combate à fraude, à lavagem de dinheiro e à publicidade abusiva. De acordo com a pasta, a regulamentação do funcionamento das bets também exigirá das operadoras o registro do CPF dos jogadores. O objetivo da medida é possibilitar o acompa-

nhamento do histórico do aposentado para assegurar sua saúde mental e financeira.

No dia 4 de outubro, o presidente Lula fez reunião ministerial para discutir medidas de redução dos impactos das bets em casos de dependência e endividamento e alertou a população sobre o perigo do vício em jogos.

“Tem muita gente se endividando, tem muita gente gastando o que não tem. E nós achamos que isso tem que ser tratado como uma questão de dependência. Ou seja, as pessoas são de-

Financiamento climático deve pautar COP29 no Arzebaijão

Em menos de um mês, a cidade de Baku, no Arzebaijão, reunirá representantes de 198 países e territórios durante a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), que ocorrerá entre os dias 11 e 22 de novembro. Durante o encontro, líderes mundiais debaterão a crise climática e dezenas de acordos e negociações acerca do tema, mas este ano, uma discussão prevalecerá: o desenho de um financiamento climático global.

Uma nova geração de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) alinhadas à missão de manter o planeta 1,5 grau Celsius acima do período pré-industrial é o principal dever das partes que assinam o Acordo Paris. Nelas, os países apresentarão as ambições que pretendem transformar em ação para contornar a crise climática, mas para que tudo funcione é necessário saber quanto tudo isso custará e quem pagará a conta.

Segundo a secretária nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, há cinco temas que domi-

nam esses impasses que são transparência, valor para atualização do financiamento global, quem deve pagar, o tempo de atualização da nova obrigação e como os recursos devem financiar proporcionalmente mais ações de mitigação, de adaptação ou de forma equivalente.

Nos últimos cinco anos, o valor que deveria ser financiado por países ricos aos países em desenvolvimento era de US\$100 bilhões, valor que já se mostrou insuficiente, mas, segundo Ana Toni, ainda é necessário mais clareza na metodologia adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o repasse desses valores, para confirmar se os países pagadores estão cumprindo o compromisso firmado.

“Independentemente do número, precisamos de transparência para saber e monitorar como é que esse recurso está chegando para os países em desenvolvimento”, diz.

De acordo com o secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exte-

riores, embaixador André Corrêa do Lago, a manutenção de países ricos como financiadores dos países em desenvolvimento é o que o Brasil defenderá durante a conferência ao lado dos outros 134 países que integram o Grupo dos 77 + China (G77/China), em oposição à proposta dos países desenvolvidos de que financiamentos voluntários de países emergentes passem a ser obrigatórios.

Mercado de Carbono

De acordo com os secretários, na pré-COP realizada no início de outubro em Baku também ficou claro que a regulação de um mercado de carbono global é um segundo tema, que terá força durante a conferência em novembro. Singapura e Nova Zelândia comandarão as negociações acerca do assunto e um acordo internacional é esperado ao final do encontro.

Para Ana Toni, o entendimento é que esses dois temas precisem avançar este ano e que o Brasil tem condições de contribuir de forma efetiva com o debate global

de Familiares (POF) 2024/2025, que vai a campo a partir de 5 de novembro.

Segundo dados do Instituto Locomotiva, 25 milhões de pessoas passaram a fazer apostas esportivas em plataformas eletrônicas de janeiro a julho deste ano, apostando R\$ 52 milhões.

O instituto também verificou que 86% das pessoas que apostam têm dívidas e que 64% estão negativadas na Serasa. Do universo de pessoas endividadas e inadimplentes no Brasil, 31% jogam nas bets. (Agência Brasil)

a exemplo do avanço alcançado nacionalmente. “A NCQG [Nova meta Coletiva Qualificada] e o mercado de carbono são debates que precisam acontecer na COP29, se não acontecerem vai para a COP30. Então, para o sucesso da nossa própria COP, a gente quer muito que isso seja resolvido”, reforça. A COP-30 será realizada em 2025 em Belém (PA).

Os secretários também consideraram efetiva a iniciativa que reuniu as presidências das COPs 28, 29 e 30, lideradas respectivamente pelos Emirados Árabes Unidos, Arzebaijão e Brasil, para reuniões de avaliação e negociações com outros países em momentos que antecedem as conferências.

“A Troika tem trabalhado bastante nisso, da gente falar com todos os países em colocar as metas na missão 1.5, alinhadas com as próximas NDCs e que tenham planos de implementação nacional fortes também, a exemplo do Plano Clima que está sendo construído no Brasil”, conclui Ana Toni. (Agência Brasil)

Nível do Rio Negro sobe, mas estiagem ainda não acabou no Amazonas

A cota do Rio Negro chegou a 12,25 metros na quinta-feira (17) na capital amazonense. Mas a subida no nível das águas no rio que banha Manaus nos últimos dias ainda não indica que a estiagem tenha terminado.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (SGB), ainda é preciso chuvas mais consistentes e distribuídas, tanto na região de cabeceira quanto na parte central da bacia e em trechos de foz, para a recuperação dos níveis.

O pesquisador em Geociências do SGB, Marcus Suassuna, diz que as chuvas ainda estão abaixo da normalidade.

“A estação chuvosa vem

acontecendo de uma forma com semanas com um pouco mais de chuvas, e outras semanas, com menos chuva. Essa forma intermitente da chuva faz com que o nível do rio, no final do período de seca, ainda se eleve de forma modesta, com pequenas subidas e possibilidade de estabilização”, disse.

Na seca do ano passado, o Rio Negro começou a encher no dia 28 de outubro e voltou a variar em 8 de novembro, fenômeno conhecido no Amazonas como repique.

A estiagem deste ano já é a maior da história, quando o nível do rio chegou a 12,11 metros de mínima no dia 9 de outubro. (Agência Brasil)

Câmara quer prefeitos fiscalizando serviço de energia elétrica

Dias depois do apagão que deixou até 3,1 milhões de pessoas sem luz na cidade São Paulo, a Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (17), em regime de urgência, projeto de lei que concede aos municípios mais poderes de fiscalização e controle sobre os serviços de fornecimento de energia elétrica. A matéria agora será analisada pelo Senado Federal.

O Projeto de Lei 1.272, de 2024, altera duas leis: a que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões de serviços públicos (Lei 9.074 de 1995), e a que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável por regular e fiscalizar o setor no país.

De acordo com o relator, o deputado Cleber Verde (MDB-MA), são os municípios que têm mais condições de fiscalizar e controlar os serviços de energia elétrica nos seus territórios.

“O atual modelo de centralização na União e na Aneel tem se revelado insuficiente para garantir um atendimento eficaz. O apagão que afetou 15 dos 16 municípios do Amapá em 2023, além de episódios de falta de energia em São Paulo e no Rio de Janeiro, são provas claras de que o sistema atual precisa ser reformado”, afirmou o parlamentar.

O texto do projeto estabelece que “[a União] poderá, mediante convênio de cooperação, credenciar os Estados, o Distrito Federal e os municípios a realizarem atividades complementares de fiscalização e controle dos serviços prestados nos respectivos

territórios, bastando, para tanto, a manifestação de vontade dos entes federados”.

Atualmente, os convênios para fiscalização complementar são permitidos apenas com os estados e o Distrito Federal.

Em outro dispositivo, o projeto ainda determina que o Distrito Federal (DF) e os municípios devem se manifestar durante os processos de concessão e prorrogação das concessões para o fornecimento de energia elétrica.

Apagão

Na última sexta-feira (11), fortes chuvas e vendavais derrubaram a energia de diversas partes da cidade de São Paulo. No ápice, 3,1 milhões de habitantes ficaram sem luz, sendo a concessionária responsável, a Enel. O restabelecimento da energia tem sido demorado e milhares de pessoas passaram dias sem energia elétrica.

Ainda na quinta-feira (17), 36 mil clientes ainda estavam sem energia elétrica na cidade. Essa situação levou a um jogo de empurra entre as autoridades sobre a responsabilidade sobre o apagão na maior cidade do país.

A distribuição de energia elétrica em São Paulo foi privatizada em 1998. Atualmente, o serviço é responsabilidade da empresa de origem italiana Enel, que adquiriu a concessão em 2018. Para especialistas consultados pela Agência Brasil, o modelo de privatização dos serviços de energia elétrica tem se mostrado falho. (Agência Brasil)

Produtores de milho do Paraná têm melhor remuneração em outubro, aponta boletim do Deral

Os preços recebidos pelos produtores de milho no mercado paranaense tiveram aumento expressivo de 26% em outubro deste ano, comparado com o mesmo período do ano passado. Mas o custo da produção de frango, em que a alimentação é uma das variáveis mais significativas, também evoluiu, com aumento de 9,2% comparando-se setembro deste ano com o mesmo mês de 2023.

A análise detalhada faz parte do Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 11 a 17 de outubro. O documento é preparado pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), e nesta edição analisa, ainda, a produção de cevada e de cenoura e o desempenho comercial do leite e de suínos.

Na última semana os produtores paranaenses de milho receberam R\$ 55,58 pela saca de 60 quilos do produto. No fechamento de outubro de 2023 essa mesma saca rendeu R\$ 44,02. O cenário favorável no mercado doméstico pode ter como justificativa a variação cambial, visto a valorização de 16% do dólar frente ao real. Isso direcionou o produto para exportação, reduzindo a ofer-

ta no mercado interno, o que elevou os preços. Também contribuiu o período de entressafra, com uma maior demanda pelo cereal.

A alimentação dos frangos de corte, que tem o milho como um dos insumos, é o principal item a pesar no custo de produção. No Paraná ele representou 65,95% do custo total, que ficou em R\$ 4,61 o quilo em setembro, de acordo com a Central de Inteligência de Aves e Suínos (CIAS), da Embrapa Suínos e Aves (CNPISA), base para o boletim produzido no Deral.

Esse valor, que se refere à criação de frango em aviários tipos climatizado em pressão positiva

(caracterizado pela indução de ar externo para dentro do galpão), foi 9,2% superior aos R\$ 4,22 por quilo em setembro do ano passado. O valor especificamente da alimentação foi de R\$ 3,04 por quilo no último mês, aumento de 7,8% em relação aos R\$ 2,82 por quilo em setembro de 2023.

O Paraguaçu foi o principal parceiro, recebendo 2,2 mil toneladas de carne suína brasileira industrializada, 86% provenientes do Paraná. Nos primeiros nove meses de 2024 o Brasil já enviou 6,8 mil toneladas da mesma carne para o Exterior. (AENPR)

Brasil lança por ano 1,3 milhão de toneladas de plástico no oceano

O Brasil é o oitavo país do globo e o maior poluidor da América Latina quando o assunto é o descarte de plástico no oceano. São 1,3 milhão de toneladas lançadas anualmente revela o relatório Fragmentos da Destruição: impacto do plástico à biodiversidade marinha brasileira lançado nesta quinta-feira (17) pela Organização não Governamental (ONG) Oceana. Esse volume representa 8% desse tipo de poluição em todo o planeta.

De acordo com o oceanólogo e diretor-geral da Oceana, Ademilson Zamboni, o estudo foi pensado como uma ferramenta para dimensionar o problema da poluição plástica no país e deve impulsionar uma transição que supere o desafio ambiental, econômico e social causado pelo modelo atual. “O plástico que polui nossos mares chega lá por conta de um mode-

lo de produção e descarte que precisa ser urgentemente substituído”.

O impacto dessa poluição sobre os ecossistemas e até sobre a alimentação humana são algumas das evidências observadas pelos pesquisadores, que constataram a ingestão de plástico em 200 espécies marinhas, das quais 85% estão em risco de extinção. Desses animais, um em cada 10 morreu em decorrência de problemas como desnutrição e diminuição da imunidade após a exposição a compostos químicos nocivos às espécies, descreve o relatório.

A partir das bases de dados dos Projetos de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos e da Bacia de Campos, que reúne a análise de conteúdo estomacal de 12.280 aves, répteis e mamíferos marinhos, os pesquisadores encontraram, plástico

em 49 das 99 espécies estudadas. As espécies mais contaminadas foram as tartarugas, com a presença de resíduos sólidos em 82,2% das amostras.

Na costa brasileira, a ingestão de plástico já foi registrada em todas as espécies de tartarugas marinhas, mas no caso específico das tartarugas-verdes, os pesquisadores constataram que o índice de ingestão entre os 250 indivíduos da espécie estudados é 70%, podendo chegar a 100% em algumas regiões.

Entre as espécies estudadas, também chama a atenção o índice de peixes amazônicos que continham plástico ou microplástico no sistema digestivo e nas brânquias: 98% das 14 espécies analisadas em riachos do bioma.

Assim como nos peixes, foi constatada contaminação nos moluscos como ostra e mexi-

lhões, indicando, segundo os pesquisadores, o consumo alimentar dessas espécies como uma das vias contaminantes de seres humanos.

“A devastação do plástico na vida marinha segue em grandes proporções e não resta outra saída a não ser a diminuição do alto volume de resíduos despejado continuamente no mar”, destaca o relatório.

Legislação

Entre as recomendações ao Poder Público apontadas pelo grupo de pesquisadores, estão o investimento em pesquisa e desenvolvimento, a promoção de alternativas ao plástico com preços acessíveis e especialmente a construção de uma legislação específica que regule a produção da substância, em especial os plásticos descartáveis. (Agência Brasil)